



Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada

Relatório e Contas 2011

(valores expressos em euros)

Índice

A Empresa	4
Relatório de Gestão	6
<i>Conjuntura Económica Global</i>	6
<i>Evolução da Empresa e Análise do Exercício</i>	6
<i>Perspectivas para o Próximo Exercício</i>	7
<i>Proposta de Aplicação de Resultados</i>	7
Balanço – Ativo	8
Balanço – Passivo e Capital Próprio	9
Demonstração dos Resultados por Naturezas	10
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	11
Demonstração de Fluxos de Caixa	12
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	13
1. <i>Nota introdutória</i>	13
2. <i>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</i>	13
3. <i>Principais políticas contabilísticas</i>	13
3.1 <i>Bases de apresentação</i>	13
3.2 <i>Ativos fixos tangíveis</i>	14
3.3 <i>Ativos e passivos financeiros</i>	14
3.4 <i>Loações</i>	15
3.5 <i>Rédito</i>	15
3.6 <i>Imposto sobre o rendimento</i>	16
3.7 <i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i>	16
3.8 <i>Provisões</i>	17
3.9 <i>Benefícios pós-emprego</i>	17
3.10 <i>Especialização de exercícios</i>	17
3.11 <i>Acontecimentos subsequentes</i>	17
3.12 <i>Juizes de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas</i>	17
4. <i>Fluxos de caixa</i>	18
5. <i>Ativos fixos tangíveis</i>	19
6. <i>Loações</i>	20
7. <i>Clientes</i>	21
8. <i>Impostos sobre o rendimento</i>	21
9. <i>Acionistas/Sócios</i>	23
10. <i>Outras contas a receber</i>	23
11. <i>Diferimentos ativos</i>	23
12. <i>Instrumentos de capital próprio</i>	23

TW

13.	<i>Provisões</i>	24
14.	<i>Passivos financeiros</i>	24
15.	<i>Estado e outros entes públicos</i>	25
16.	<i>Outras contas a pagar</i>	25
17.	<i>Vendas e prestações de serviços</i>	25
18.	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	26
19.	<i>Gastos com o pessoal</i>	27
20.	<i>Amortizações</i>	27
21.	<i>Outros gastos e perdas</i>	28
22.	<i>Juros e rendimentos similares obtidos</i>	28
23.	<i>Partes relacionadas</i>	28
24.	<i>Divulgações exigidas por diplomas legais</i>	30
25.	<i>Informações exigidas por diplomas legais</i>	30

Esta página foi deixada em branco intencionalmente

A Empresa

O Grupo Towers Watson, assim denominado, foi formado em 4 de janeiro de 2010 resultado da fusão do Grupo Watson Wyatt com o Grupo Towers Perrin.

A Towers Watson é uma empresa líder global de serviços profissionais que ajudam as organizações a melhorar o desempenho a nível do capital humano, riscos e gestão financeira. Com cerca de 14.000 associados em todo o mundo, oferece soluções nas áreas de benefícios para empregados, gestão de talentos, remuneração, gestão de riscos e de capital.

Com a fusão em janeiro de 2010, a empresa portuguesa apenas alterou a sua denominação para Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, doravante TW(P), uma vez que em Portugal, apenas existia uma empresa do Grupo.

A Towers Watson exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões.

A Towers Watson focaliza-se em proporcionar aos seus clientes informação que permite a tomada de decisões certas e as ações apropriadas. A abordagem seguida fundamenta-se na perspetiva que resulta da experiência de trabalho com uma grande diversidade de questões.

Importa referir, que o ano fiscal da TW(P) não é coincidente com o ano civil sendo que, o exercício fiscal de 2011, compreende o período de 1 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente

Relatório de Gestão

Conjuntura Económica Global

Conforme referido no relatório anual global da Towers Watson, começamos o ano como líder de mercado e, graças a colaboradores dedicados e clientes em todo o mundo que confiam em nós, foi possível crescer o nosso negócio em novas e diversas direções.

Os nossos clientes enfrentaram muitos desafios este ano e ao tentarem expandir os seus negócios sob circunstâncias difíceis, solicitaram a nossa ajuda numa série de áreas distintas, incluindo a gestão de responsabilidades com pensões, em conformidade com os novos regulamentos, gestão de riscos e planeamento futuro. O nosso desempenho tem em grande parte a ver com o fato de nós colocarmos sempre os nossos clientes em primeiro lugar.

Além disso, continuamos a fazer da inovação uma prioridade, e uma maior racionalização dos nossos processos para tornar mais fácil a colaboração com os nossos clientes e os outros. Esses são os tópicos do nosso dia-a-dia, as estratégias e ações que se somam a um ano de sucesso.

A nível nacional, a economia continua retraída e com grandes dificuldades de reação. O fraco desempenho económico deve-se essencialmente à aplicação das mais medidas de austeridade que o Governo teve que implementar para cumprir os objectivos propostos no acordo com o FMI, BCE e Comissão Europeia. O aumento dos impostos, a subida das taxas de juro, a deterioração das finanças públicas e a subida da taxa de desemprego são alguns dos indicadores que demonstram as dificuldades com que Portugal se está a deparar.

Evolução da Empresa e Análise do Exercício

A empresa evoluiu de uma forma razoável, aumentando o seu volume de negócios em 2% e diminuindo o resultado líquido em cerca de 39%, consequência das dificuldades económicas da atual conjuntura.

Relativamente ao exercício fiscal em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 6.925.890 euros.

No que diz respeito aos gastos, há que referir o valor de 4.453.188 euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 3.271.531 euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 2.045.307 euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados e rendas/alugueres (escritório, automóveis e equipamentos).

Os outros gastos e perdas, no montante de 5.964 euros, são referentes, na sua maioria, a quotizações pagas.

O resultado líquido do exercício atingiu o montante de 358.615 euros no ano fiscal findo a 30 de junho de 2012.

Balanço – Ativo

ATIVO	Notas	30 junho 2012	30 junho 2011
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	370.793	405.248
Total do ativo não corrente		370.793	405.248
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	7	970.555	1.962.966
Estado e outros entes públicos	15	170	207.437
Acionistas / sócios	9	887.885	463.852
Outras contas a receber	10	1.400.085	528.413
Diferimentos	11	64.849	33.316
Caixa e depósitos bancários	4	181.998	538.972
Total do ativo corrente		3.505.543	3.734.955
Total do ativo		3.876.336	4.140.203



Balanço – Passivo e Capital Próprio

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO:

Capital realizado	12	100.000	100.000
Prémios de emissão	12	778.937	778.937
Reservas legais	12	20.000	20.000
Resultados transitados	12	1.001.431	416.706
		<u>1.900.368</u>	<u>1.315.644</u>
Resultado líquido do exercício		358.615	584.724
Total do capital próprio		<u>2.258.983</u>	<u>1.900.368</u>

PASSIVO:

PASSIVO NÃO CORRENTE:

Provisões	13	-	37.506
Total do passivo não corrente		<u>-</u>	<u>37.506</u>

PASSIVO CORRENTE:

Fornecedores	14	151.921	713.938
Estado e outros entes públicos	15	301.745	433.654
Outras contas a pagar	16	1.163.687	1.054.737
Total do passivo corrente		<u>1.617.353</u>	<u>2.202.329</u>
Total do passivo		<u>1.617.353</u>	<u>2.239.835</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>3.876.336</u>	<u>4.140.203</u>

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 junho 2012	30 junho 2011
Vendas e serviços prestados	17	6.925.890	6.820.846
Fornecimentos e serviços externos	18	(2.045.307)	(1.986.142)
Gastos com o pessoal	19	(4.453.188)	(3.830.413)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	(12.300)	-
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(37.748)	(37.506)
Outros rendimentos e ganhos		23.657	4.673
Outros gastos e perdas	21	(5.964)	(49.219)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>395.040</u>	<u>922.239</u>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 20	(77.451)	(70.014)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>317.589</u>	<u>852.225</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	6.562	2.499
Resultado antes de impostos		<u>324.151</u>	<u>854.724</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	34.464	(270.000)
Resultado líquido do exercício		<u>358.615</u>	<u>584.724</u>

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 30 de junho de 2010	100.000	778.937	-	-	755.155	1.634.092
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2010:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	735.155	(735.155)	-
Constituição de reserva legal	-	-	20.000	-	(20.000)	-
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-	-	(318.448)	-	(318.448)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	584.724	584.724
Saldos em 30 de junho de 2011	100.000	778.937	20.000	416.706	584.724	1.900.368
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2011:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	584.724	(584.724)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	358.615	358.615
Saldos em 30 de junho de 2012	100.000	778.937	20.000	1.001.431	358.615	2.258.983

Demonstração de Fluxos de Caixa

	30 junho 2012	30 junho 2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	7.046.628	7.258.574
Pagamentos a fornecedores	(2.685.254)	(3.662.670)
Pagamentos ao pessoal	(4.266.308)	(1.682.352)
	<hr/>	<hr/>
Caixa gerada pelas operações	95.066	1.913.552
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	68.372	(800.078)
Outros recebimentos / (pagamentos)	(61.026)	(782.324)
	<hr/>	<hr/>
Fluxos das atividades operacionais [1]	<u>102.412</u>	<u>331.150</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(42.898)	(11.328)
Empréstimos concedidos a accionistas	(424.034)	-
Outros ativos	-	-
	<hr/>	<hr/>
	(466.932)	(11.328)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	6.562	2.499
Dividendos	-	-
	<hr/>	<hr/>
	6.562	2.499
Fluxos das atividades de investimento [2]	<u>(460.370)</u>	<u>(8.829)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	670	-
Outras operações de financiamento	-	-
	<hr/>	<hr/>
	670	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]	<u>670</u>	<u>-</u>
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(357.288)	322.321
Efeito das diferenças de câmbio	313	(22.864)
Caixa e seus equivalentes no início do período	538.972	239.515
Caixa e seus equivalentes no fim do período	181.998	538.972

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada (“Towers Watson” ou “Sociedade”) é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal (“Ex-Sucursal”) e tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 245 – 4º A/B em Lisboa. A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área da gestão financeira, das pessoas e do risco.

Desde a sua constituição, a Sociedade adota como exercício económico o período de doze meses findo em 30 de junho de cada ano.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 30 de junho de 2012, espelhadas nos avisos nº 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

A adoção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez no exercício anterior, pelo que a data de transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para este normativo ocorreu a 1 de julho de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

3.3 Ativos e passivos financeiros

De acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros, a Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respetivo instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados em cada data de relato ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

i) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários à ordem com maturidades inferiores a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é calculada através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber" da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma dos contratos.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos" como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas "Diferimentos".

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor críticos identificados, bem como as principais fontes de incerteza prendem-se com o apuramento da imparidade para clientes e o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Numerário	185	443
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	166.813	523.529
Aplicações de tesouraria	15.000	15.000
	<u>181.998</u>	<u>538.972</u>

Em 30 de junho de 2010, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 Euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do artigo 19º nº1 alínea d) e do artigo 42º nº4 do Decreto-Lei nº 144/2006 de 31 de julho. Este montante não se encontra disponível para uso por parte da Sociedade.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30 de junho de 2012				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	412.376	557.712	98.279	1.068.367
Aquisições	4.045	38.853	-	42.898
Transferências	14.439	72.490	(86.929)	-
Saldo final	430.860	669.055	11.350	1.111.265
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	141.984	426.429	94.706	663.119
Amortizações do exercício	38.771	36.490	2.190	77.451
Transferências	13.101	78.299	(91.498)	(98)
Saldo final	193.856	541.218	5.398	740.472
Ativos Líquidos	237.004	127.837	5.952	370.793

30 de junho de 2011				
	Edifícios e outras construções	Equipam. administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	407.786	550.975	98.279	1.057.040
Aquisições	4.590	6.737	-	11.327
Saldo final	412.376	557.712	98.279	1.068.367
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	104.001	395.517	97.311	596.829
Amortizações do exercício	37.983	30.912	1.119	70.014
Outras variações	-	-	(3.724)	(3.724)
Saldo final	141.984	426.429	94.706	663.119
Ativos Líquidos	270.392	131.283	3.573	405.248

Em 30 de junho de 2012, a rubrica "Edifícios e outras construções" inclui, essencialmente, obras realizadas no edifício onde a Sociedade tem instalados os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade, cujo espaço encontra-se a ser utilizado no âmbito de um contrato de arrendamento. Aquele contrato de arrendamento tem uma vigência anual renovável por períodos de um ano.

Todos os restantes ativos fixos tangíveis estão afetos à atividade da Sociedade.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício findo em 30 de junho de 2012, no montante de 77.451 Euros (70.014 Euros em 30 de junho de 2011), foram registadas na rubrica "(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização".

6. Locações

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2012, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com os seus escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em Euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 30 de junho de 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	30-06-2012	30-06-2011
Até 1 ano	240.566	258.691
Entre 1 ano e 5 anos	106.884	102.527
A mais de 5 anos	-	-
	<u>347.450</u>	<u>361.218</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do exercício	
	30-06-2012	30-06-2011
Pagamentos mínimos	346.075	359.989
Acerto de linearização	-	-
	<u>346.075</u>	<u>359.989</u>
Rendas contingentes	-	-
Pagamentos de sublocação	-	-
	<u>346.075</u>	<u>359.989</u>

7. Clientes

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica do ativo corrente “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	30-06-2012	30-06-2011
Clientes gerais	646.666	600.139
Clientes - empresas relacionadas	336.189	1.362.827
	<u>982.855</u>	<u>1.962.966</u>
Imparidade para clientes	(12.300)	-
	<u>970.555</u>	<u>1.962.966</u>

Em 30 de junho de 2012, a rubrica “Clientes” apresenta saldos com antiguidade superior a 6 meses no montante de 12.300 Euros. Os restantes saldos têm antiguidade inferior a 6 meses.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2012, para além da constituição de imparidade para clientes no montante de 12.300 Euros, não ocorreram outros movimentos na rubrica de imparidade.

8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria coletável superior a 12.500 Euros, aplicando-se a taxa de 12,5% para a matéria coletável inferior a essa quantia, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 no apuramento de impostos fosse de 26,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a Sociedade esteve sujeita a uma taxa de derrama adicional de 2,5%, aplicável ao montante de lucro tributável que excedesse os 2.000.000 Euros.

Na sequência da publicação da Lei 55 – A/2010, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2011, os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que os mesmos respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com veículos cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao limite legal (montantes fixados pela Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho) são tributadas autonomamente à taxa de 10%. Por outro lado, aos encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição exceda o referido limite fiscal será aplicada uma taxa de tributação de 20%. No que respeita às despesas de representação, as mesmas são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a legislação fiscal em vigor previa que os prejuízos fiscais fossem reportáveis durante um período de quatro anos. Para os prejuízos fiscais gerados até ao exercício de 2009, inclusive, o prazo de reporte é de seis anos. Adicionalmente, com a introdução das alterações da Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução de prejuízos fiscais em exercícios subsequentes fica sujeita ao limite de 75% do lucro tributável gerado nesse exercício. Esta limitação aplica-se aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores e aos prejuízos gerados a partir do exercício de 2012. Em 30 de junho de 2012, a Sociedade mantém prejuízos fiscais por utilizar que foram transmitidos pela Ex-Sucursal no montante de 964.566 Euros. Aqueles prejuízos fiscais podem ser utilizados em parte até aos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2015, nos montantes de 809.715 Euros e 154.851 Euros, respectivamente. No entanto, face à incerteza da sua recuperação, a Sociedade decidiu não proceder ao registo de ativos por impostos diferidos sobre aqueles prejuízos fiscais reportáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012 e 2011.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o imposto sobre o rendimento a receber / (a pagar) foi apurado como segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Imposto estimado (Nota 15)	(68.000)	(270.000)
Pagamentos por conta (Nota 15)	-	207.411
Retenções na fonte (Nota 15)	100	26
	<u>(67.900)</u>	<u>(62.563)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é como segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Resultado antes de impostos	324.151	854.724
Taxa IRC aplicável	26,50%	26,50%
Imposto esperado	<u>85.900</u>	<u>226.502</u>
Diferenças permanentes:		
Excesso de estimativa de imposto do exercício de 2010	(68.371)	-
Excesso de estimativa de imposto do exercício de 2011	(70.633)	-
Outros (inclui tributação autónoma)	18.640	43.498
Imposto registado	<u>(34.464)</u>	<u>270.000</u>
Taxa efetiva	-10,63%	31,59%

Em 30 de junho de 2012, os montantes relativos a excesso de estimativa de imposto dos exercícios de 2010 e 2011 estão relacionados com o reembolso de IRC decorrente da aceitação por parte das Autoridades Fiscais da dedução dos prejuízos fiscais transmitidos pela Ex-Sucursal relativos a anos anteriores.

9. Acionistas/Sócios

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica incluía os montantes de 887.885 Euros e 463.852 Euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos à casa mãe. Em 30 de junho de 2012, o empréstimo concedido à casa-mãe vencia juros a uma taxa mensal de 0,33179% e tinha a sua data de vencimento prevista no dia 1 de julho de 2012.

10. Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica do ativo corrente “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Acréscimo de rendimentos	1.389.232	521.644
Outros	10.853	6.769
	<u>1.400.085</u>	<u>528.413</u>

Em 30 de junho de 2012, a rubrica “Acréscimo de rendimentos” inclui, essencialmente, a especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria em curso desenvolvidos pela Sociedade naquela data.

11. Diferimentos ativos

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Gastos a reconhecer:		
Serviços especializados	25.589	4.662
Rendas	19.953	21.085
Seguros	13.202	6.619
Deslocações e estadas	5.455	-
Formação	650	786
Colaboradores	-	164
	<u>64.849</u>	<u>33.316</u>

12. Instrumentos de capital próprio

Capital social

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 Euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2012 e 2011, os prémios de emissão ascendem a 778.937 Euros e foram originados no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a reserva legal ascendia a 20.000 Euros, perfazendo os 20% mínimos exigidos legalmente.

Aplicação de resultados

Conforme deliberado em reunião de Assembleia Geral realizada em 30 de setembro de 2011, o resultado líquido relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2011, no montante de 584.724 Euros, foi transferido para Resultados transitados.

13. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 pode ser detalhado conforme se segue:

	30-06-2011			30-06-2012		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Contingências	-	37.506	37.506	37.748	(75.254)	-

14. Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2012	30-06-2011
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	151.921	713.938

15. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2012 e 2011, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2012		30-06-2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	-	-	207.411	-
Estimativa de imposto	-	68.000	-	270.000
Retenção na Fonte	100	-	26	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	80.130	-	73.062
Imposto sobre o valor acrescentado	-	74.822	-	87.509
Contribuições para a Segurança Social	-	78.722	-	3.083
Outros Impostos	70	71	-	-
	<u>170</u>	<u>301.745</u>	<u>207.437</u>	<u>433.654</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2012, os montantes das rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social referem-se ao mês de junho de 2012, sendo o Imposto sobre o Valor Acrescentado referente a maio e junho de 2012.

16. Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica “Outras contas pagar” apresentava a seguinte composição:

	30-06-2012	30-06-2011
Acréscimo de gastos com o pessoal:		
. Bónus	563.597	536.061
. Férias e subsídio de férias	223.002	200.370
. Subsídio de natal	68.622	89.874
. Segurança Social	70.543	68.437
Outros acréscimos de gastos	237.924	159.994
	<u>1.163.687</u>	<u>1.054.737</u>

17. Vendas e prestações de serviços

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as vendas e as prestações de serviços podem ser detalhadas da seguinte forma:

	30-06-2012	30-06-2011
Prestações serviços	6.565.493	6.553.706
Comissões da atividade de mediação de seguros	360.397	267.140
	<u>6.925.890</u>	<u>6.820.846</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a distribuição das vendas e das prestações de serviços por mercado geográfico pode ser detalhada da seguinte forma:

Mercado Geográfico

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Interno	2.966.340	2.862.902
Comunitário	3.915.489	3.918.317
Extra-comunitário	44.061	39.626
	<u>6.925.890</u>	<u>6.820.846</u>

18. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Trabalhos especializados	1.021.474	824.938
Rendas e alugueres	413.183	428.673
Seguros	120.580	134.761
Deslocações e estadas	111.785	57.633
Comunicação	86.284	65.308
Subcontratos	81.562	300.011
Honorários	35.823	57.197
Limpeza, higiene e conforto	28.721	23.996
Vigilância e segurança	27.539	20.647
Material de escritório	27.521	22.624
Despesas de representação	27.244	(3.887)
Electricidade	17.192	17.033
Combustíveis	16.321	11.070
Conservação e reparação	15.432	19.065
Publicidade e propaganda	10.203	3.750
Livros e documentação técnica	1.210	309
Artigos para oferta	660	280
Outros - gás	617	273
Contencioso e notariado	38	31
Outros - serviços bancários	-	968
Água	-	639
Outros serviços	1.918	825
	<u>2.045.307</u>	<u>1.986.142</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2012, a rubrica "Subcontratos" diminuiu substancialmente, dado não terem existido tantos serviços especializados prestados por outros escritórios da Towers Watson como se verificou no exercício findo em 30 de junho de 2011. No que se refere à rubrica "Trabalhos especializados", o aumento significativo ocorrido nesta rubrica no exercício findo em 30 de junho de 2012 está relacionado com o aumento dos honorários debitados pela casa mãe.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica "Rendas e alugueres" incluiu, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (231.581 Euros em 2011 e 234.866 Euros em 2012). No que se refere às rendas com viaturas, as mesmas ascenderam em 2011 e 2012 a 102.527 Euros e 106.884 Euros, respetivamente.

No exercício findo em 30 de junho de 2012, a rubrica “Deslocações e estadas” apresentou um aumento significativo, justificado essencialmente pelo aumento das deslocações ao estrangeiro por necessidades profissionais e pelo aumento do número de colaboradores da Sociedade. Associado a esta situação, verificou-se igualmente um aumento na rubrica “Despesas de representação”.

19. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Remunerações do pessoal	3.271.531	3.002.066
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	84.312	82.631
Indemnizações	76.507	5.466
Encargos sobre remunerações	839.894	543.366
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	15.112	8.838
Outros	165.832	188.046
	<u>4.453.188</u>	<u>3.830.413</u>

Em 30 de junho de 2012, o aumento ocorrido nas diferentes rubricas de gastos com o pessoal face ao exercício anterior, teve como principal explicação o aumento do número de colaboradores, assim como os aumentos salariais ocorridos em outubro de 2011.

Em 30 de junho de 2012, a rubrica “Encargos sobre remunerações” inclui cerca de 237.000 Euros relacionados com a anulação de saldos a receber da Segurança Social relativos aos anos de 2009 e 2010, para os quais naquela data não existiam expectativas quanto à sua recuperabilidade.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o número médio de colaboradores da Sociedade ascendia a 72 e 66, respectivamente.

20. Amortizações

A composição da rubrica de “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é conforme se segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Ativos fixos tangíveis	<u>77.451</u>	<u>70.014</u>

TW
7

21. Outros gastos e perdas

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é como se segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Impostos	10	65
Outros	5.954	49.154
	<u>5.964</u>	<u>49.219</u>

22. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	701	2.499
Outros	5.861	-
Dividendos obtidos	<u>6.562</u>	<u>2.499</u>

23. Partes relacionadas

23.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede em Inglaterra, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade Watson Wyatt International Limited.

23.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as remunerações do pessoal chave de gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 695.644 Euros e 429.483 Euros, respectivamente.

23.3 Saldos e transações com partes relacionadas

As transações e os saldos mantidos com partes relacionadas em 30 de junho de 2012 e 2011 são como seguem:

	30-06-2012		30-06-2011	
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Outros</u>	<u>Serviços prestados</u>	<u>Outros</u>
Towers Perrin UK LTD	3.214	0	38.259	0
Towers Watson (Dusseldorf) GmbH	0	0	1.650	0
Towers Watson AG	6.372	0	0	0
Towers Watson Brasil	768	0	0	0
Towers Watson BV	4.463	0	1.880	0
Towers Watson Data Services	14.219	0	0	0
Towers Watson de España	20.000	0	0	1.890
Towers Watson Delaware Inc.	55.973	0	34.218	54.608
Towers Watson Deutschland GmbH	3.423	0	2.468	0
Towers Watson Italia Srl	680	0	0	0
Towers Watson KK - Japan	0	0	6.132	0
Towers Watson Limited	2.912.669	28.766	2.846.660	5.315
Towers Watson Netherlands BV	3.233	0	2.428	0
Towers Watson SARL	30.221	0	5.523	0
TPF&C, Inc - Belgium	0	0	190	0
TPF&C, Inc - France	1.408	0	0	0
TPF&C, Inc - Germany	10.681	0	545	0
TPF&C, Inc - Spain	1.360	0	12.260	0
TPF&C, Inc - United States	16.297	0	2.697	0
	<u>3.084.979</u>	<u>28.766</u>	<u>2.954.907</u>	<u>61.813</u>

	30-06-2012		30-06-2011	
	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Outros encargos</u>	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Outros encargos</u>
Towers Watson (Ireland) Limited	0	2.871	0	37.259
Towers Watson Delaware Inc.	96.060	243.252	0	33.830
Towers Watson Limited	405.336	308.390	582.855	250.201
Towers Watson SANV (Belgium)	660	495	16.666	0
TPF&C, Inc - Spain	0	554	0	5.288
TPF&C, Inc - United States	248.757	41.898	90.600	0
	<u>750.813</u>	<u>597.460</u>	<u>690.121</u>	<u>326.578</u>

	30-06-2012			30-06-2011		
	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Outras contas a pagar</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Outras contas a pagar</u>	<u>Acionistas</u>
Towers Perrin UK LTD	0	2.351	0	0	0	0
Towers Perrin Netherlands	540	0	0	0	0	0
Towers Watson (Ireland) Limited	0	0	0	0	81	0
Towers Watson Data Services	385	2.229	0	0	0	0
Towers Watson de España	10.000	0	0	0	0	0
Towers Watson Delaware Inc.	1.317	3.314	0	863	0	0
Towers Watson Limited	318.683	1	887.885	1.357.300	0	463.852
Towers Watson Netherlands BV	0	15	0	0	0	0
Towers Watson NV	425	0	0	0	0	0
Towers Watson SARL	1.250	0	0	0	0	0
TPF&C, Inc - Belgium	0	0	0	0	139	0
TPF&C, Inc - France	0	0	0	0	130	0
TPF&C, Inc - Germany	3.590	0	0	0	305	0
TPF&C, Inc - Singapore	0	976	0	0	976	0
TPF&C, Inc - Spain	0	0	0	4.409	0	0
TPF&C, Inc - United States	0	0	0	255	16.534	0
	<u>336.189</u>	<u>8.886</u>	<u>887.885</u>	<u>1.362.827</u>	<u>18.166</u>	<u>463.852</u>

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 30 de junho de 2012 ascenderam a 10.000 Euros.

25. Informações exigidas por diplomas legais

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do nº1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 por natureza e tipo de remuneração são apresentadas nos quadros abaixo.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por Ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 apresentam a seguinte composição:

30 junho 2012

Actividade de mediação de seguros					
Remunerações				Tranferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
124.687,32	156.876,11	78.833,33	61,18%	0,00	0,00

30 junho 2011

Actividade de mediação de seguros					
Remunerações				Tranferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
101.903,81	82.235,98	83.000,00	45,35%	0,00	0,00

d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, nenhuma entidade (companhia de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 45% dos proveitos totais recebidos pela Sociedade.

e) Valores das contas clientes

A Sociedade não dispõe de informação sistematizada sobre os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes e a sua movimentação durante os exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, pelo que tal divulgação não é apresentada.

f) Valores das contas a receber e a pagar

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existiam valores a receber e a pagar associados à atividade de mediação de seguros.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existiam valores a receber e a pagar associados à atividade de mediação de seguros.

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existiam valores a receber e a pagar associados à atividade de mediação de seguros.

i) Descrição de obrigações contingentes

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existiam obrigações contingentes.

Nos termos do nº 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 apresentam a seguinte composição:

30 junho 2012

CE	Actividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	124.687,32	156.876,11	78.833,33	61,18%	0,00	0,00
1093	33.916,44			5,76%		
3820	38.962,27			6,61%		
1021		39.416,67		6,69%		
4322			39.416,67	6,69%		
1011		14.700,00	39.416,67	9,19%		
1096		78.574,52		13,34%		
outras	51.808,62	24.184,92		12,90%		

30 junho 2011

CE	Actividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	101.903,81	82.235,98	83.000,00	45,35%	0,00	0,00
3820	31.785,11			5,40%		
1093	34.923,98			5,93%		
1011			41.500,00	7,04%		
4322			41.500,00	7,04%		
1021		44.500,00		7,55%		
outras	35.194,72	37.735,98		12,38%		

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

O Técnico Oficial de Contas:

Telma Talagão

A Gerência:

Luís João Van
F. Henriquez

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2012 que evidencia um total de 3.876.336 Euros e capitais próprios de 2.258.983 Euros, incluindo um resultado líquido de 358.615 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Reserva

4. As demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2011 não foram por nós examinadas nem foram objecto de Certificação Legal das Contas, uma vez que a Sociedade a tal não estava obrigada de acordo com a legislação comercial em vigor. Em reunião de Assembleia - Geral de Accionistas realizada em 29 de Junho de 2012, fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas da Sociedade para o exercício findo em 30 de Junho de 2012. No decurso do nosso exame, constatamos que a Sociedade procedeu ao registo na rubrica "Gastos com o pessoal" da demonstração de resultados do exercício findo em 30 de Junho de 2012 de custos no montante de, aproximadamente, 237.000 Euros associados a eventos originados em exercícios anteriores e a correcções (diminuições) ao valor da receita apurada no exercício anterior em projectos de consultoria em curso de, pelo menos, 62.000 Euros. Consequentemente, os resultados transitados em 30 de Junho de 2012 e o resultado líquido do exercício findo naquela data encontram-se sobreavaliados e subavaliado respectivamente, em pelo menos, 299.000 Euros.

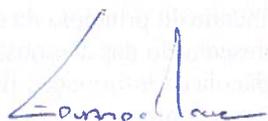
Opinião

5. Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada em 30 de Junho de 2012, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2012.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura